

## **Posicionamento DOS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL EM APOIO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil existem desde 1998. Os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), representação macro dos Fóruns de EJA, que se constituem em espaço para exercitar o convívio e o diálogo na diversidade, expressando a pluralidade de concepções e formas de atuação dos seus integrantes, começaram a acontecer em 1999 e é de lá que provem nossa pauta. Trata-se de pauta para além da pauta acadêmica, para além da pauta partidária, para além da pauta corporativa, congrega-as, pois é pauta pelo Direito!

Nossa rede é composta por uma rica diversidade, que se articula para ampliar o campo da EJA, suas concepções, práticas e políticas. A participação no ENEJA tem como objetivo central discutir e deliberar nossa pauta de lutas pelos próximos dois anos e fomentar as discussões e deliberações nos estados, municípios, no DF, instituições, movimentos. Trata-se de pauta para além da pauta acadêmica, para além da pauta partidária, para além da pauta corporativa, congrega-as, pois é pauta pelo Direito!

Essa rica diversidade reúne educandos, educadores, gestores municipais e estaduais, universidades, ONGs, movimentos sociais e movimentos sindicais. Todos lutando pela garantia efetiva do direito à educação de jovens, adultos e idosos negros, indígenas, mulheres, ribeirinhos, extrativistas, trabalhadores empregados e desempregados, em privação de liberdade, pessoas com deficiência, pantaneiros, faxinalenses, agricultores, pessoas LGBT, moradores de rua, estrangeiros, domésticas, caminhoneiros, profissionais do sexo, vítimas de violência social, vítimas de violências do Estado, enfim, 88 milhões de pessoas lesadas em seus direitos constitucionais.

Em nossa luta por uma política pública que pense a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, como modalidade prevista na LDB, como direito individual e de classe, com qualidade social (entendida aqui como aquela definida no 2º Coned, Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira), com elevação de

escolaridade de Trabalhadores integrada à Educação Profissional, na perspectiva da Educação Popular, reconhecendo a especificidade de trabalhadores que estudam; defendemos políticas públicas as quais possam garantir aos cidadãos e às cidadãs sujeitos da EJA possibilidades de melhorar suas condições de existência e de vida, além de propiciar a esta modalidade de ensino o lugar de justiça em relação aos demais níveis e modalidades da Educação Básica nacional.

Somos contra QUALQUER retrocesso, inclusive aqueles propostos pelo Governo Federal que nós ajudamos a eleger. Defendemos uma política pública que respeite os direitos de homens e mulheres que tem seus direitos negados cotidianamente, historicamente, orquestradamente e sistematicamente.

Defendemos um projeto de Educação com o objetivo de efetivar a educação libertadora a que os Trabalhadores e as Trabalhadoras que não puderam estudar quando eram crianças e adolescentes tem direito. Somos contrários a qualquer ação que signifique retrocesso para as conquistas do povo brasileiro, inclusive ao ajuste fiscal . Queremos a EJA como Política Pública de Estado!

Por isso, não vamos aceitar retrocesso, vamos continuar reivindicando o respeito à soberania do processo eleitoral e a manutenção do Estado Democrático de Direito, conforme previsto na Constituição Cidadã de 1988. Compreendemos o contexto e nos ressentimos da imersão em uma crise econômica e política que afeta em cheio os mais pobres deste país. Entretanto, enxergamos a artimanha golpista, que discursa “contra a corrupção”, e, por ser corrupta, ataca as instituições, ao mesmo tempo que defende os interesses de alguns poucos enriquecidos dessa sociedade em detrimento de sua grande parcela, que ainda tem muito a conquistar.

Somos pela aplicação de 10% do PIB na educação Pública de forma a garantir o cumprimento do PNE (o que até agora não vem sendo feito). Além disso, somos pelo aprofundamento do debate nacional, com ampla participação popular, que busque apontar novas fontes de financiamento para a Educação Pública, pois a Lei 13.005 precisa ser cumprida. E nós, os Fóruns de EJA o Brasil, nos colocamos de maneira veemente na defesa de seu cumprimento. Somos contra QUALQUER retrocesso, inclusive aqueles que se colocam no horizonte diante da tentativa de

golpe conservador, fundamentalista e fascista contra as Instituições Democráticas, que nesse momento da história de nosso país, se traduz, principalmente, em uma tentativa de efetivar o impedimento da presidenta democraticamente eleita, sem base legal para tanto.

Por isto, reafirmamos nossa posição em defesa da DEMOCRACIA, contra o Regime de Exceção e a favor do Regime DEMOCRÁTICO DE DIREITO e contra QUALQUER retrocesso. Retrocessos que tentam barrar a manutenção e o aprofundamento dos avanços sociais conquistados pelo povo trabalhador, nos últimos anos no Brasil, não podem ser admitidos. Vivenciamos anos de crescimento econômico e inclusão social de milhões que viviam em situação de miserabilidade e que, historicamente, não tinham acesso a escola, trabalho e vida dignos.

Entretanto, falta MUITO ainda por fazer e, quando retornar, pois ela retornará, a Presidenta deve reorientar o curso de seu governo, pois o mesmo vinha privilegiando o diálogo com o Sistema S em detrimento do diálogo com os Institutos Federais de Educação (por exemplo, com o Pronatec); vinha privilegiando o diálogo com os patrões em detrimento do diálogo com os movimentos sociais (por exemplo, fomos ouvidos, mas o que dissemos não foi incorporado); privilegiando o diálogo com os latifundiários em detrimento do diálogo com os trabalhadores rurais sem terra e com os indígenas (por exemplo, não barrando o fechamento de 40 mil escolas no Campo); privilegiando o diálogo com os religiosos fundamentalistas e com setores conservadores em detrimento do diálogo com os movimentos de pessoas LGBT (por exemplo, quando suspendeu a distribuição do Kit Anti Homofobia), na nossa avaliação!

Ao tornar pública essa posição, ratificamos nossa disposição de continuarmos nossa luta em favor da melhoria da educação e de políticas públicas que atendam aos anseios, aos interesses e aos direitos dos 88 milhões de jovens, adultos e idosos desse país que são desde os não alfabetizados com mais de 15 anos até os sem Ensino Médio completo com mais de 18 anos. Defendemos um projeto político de país que articula transferência e distribuição de renda, com participação popular.

Estão em jogo políticas que atingem diretamente a população jovem, adulta e idosa do Brasil.

Diante do exposto, **colocamos todo o nosso apoio e defesa na consolidação da democracia e no seu fortalecimento**. Nossa postura crítica, propositiva, participativa nos autoriza afirmar que a tentativa de golpe orquestrada por setores contrários a manutenção dos avanços sociais implementados nos últimos anos no país deverá ser derrotada nas ruas, sem nos acovardarmos, tão pouco nos eximirmos desse processo político. Faz-se necessário avançar no que se refere à democratização do acesso e permanência dos sujeitos da EJA em processos diferenciados de abertura de vagas, de acesso, de atendimento e de certificação (certificação esta que não pode continuar sendo voltada para atender ao mercado e sim para o desejo e para o direito dos sujeitos).

Queremos cada vez mais e mais aprofundadas condições para a celebração de compromissos com a construção de uma política brasileira de EJA, na perspectiva da Educação Popular e com qualidade social. Possibilidade que efetivamente seria interrompida ou usurpada pelos planos traçados por quem não defende o projeto que foi eleito e que se desenrola em nosso país. E que merecerá de nós persistência e resistência em nossas pautas se for vitorioso, pois, caso o processo desencadeado pelo Golpe aprove o impeachment da Presidenta Dilma Roussef (e não aprovará, pois estamos nas ruas para barrar o Golpe), a maioria dos Fóruns estaduais considera, até o presente momento, que devemos apresentar nossa pauta e pressionar para o seu cumprimento ao Ministério da Educação, assim como caberá ao FNE apresentar e lutar pela implantação do PNE e pela realização da Conae2018. Nosso papel é o de apresentar e exigir o cumprimento de nossas pautas na luta pelos direitos. O papel deles como Governo do Golpe é o de negar.

Concordamos como a proposta da organização de uma grande mobilização dos movimentos ligados aos direitos dos sujeitos da Educação, dentre eles os Jovens, Adultos e Idosos para visibilizar nosso posicionamento contrário ao Governo Temer, por meio de ocupação do MEC, e, no nosso caso, em especial, da Secadi, exigindo sua permanência e a efetivação da participação popular nas

construções de suas políticas, evidenciando nossa defesa intransigente do fortalecimento do FNE (que é instituição do Estado Brasileiro) e dos demais Fóruns Permanentes presentes na estratégia 19.3 da Lei 13.005, cobrando, seja de qual governo for, que seja assegurada a autonomia política, organizacional e financeira destes Fóruns Permanentes para que se efetive o acompanhamento, a cobrança e a avaliação da implementação das metas e das estratégias do cumprimento do PNE e do conseqüente avanço das pautas da EJA.

Diante da proposta já colocada de uma ocupação, seremos poucas pessoas a participar uma vez que não temos recursos financeiros para trazer e nem para manter os com-panheiros dos Fóruns de EJA aqui, mas nos comprometemos com o desenvolvimento e o fortalecimento de ações coletivas locais também.

Manifestamos com veemência nossa contrariedade a qualquer possível alteração na composição organizacional do Ministério da Educação, em particular, com a extinção ou o esvaziamento da SECADI. Entendemos que isto representará um grande retrocesso na estrutura propositiva e operativa do MEC, especialmente, naquelas políticas públicas que se dirigem a cerca de 88 milhões de brasileiros com quinze anos ou mais, que tiveram e continuam tendo seu direito à educação negado de maneira orquestrada.

A SECADI tem representado um espaço fundamental onde os princípios de cidadania, inclusão e combate a todas as formas de preconceito e discriminação são pensados e para os quais se propõe políticas públicas. Através da SECADI tem sido possível a articulação entre movimentos sociais e sistemas de ensino para propor políticas públicas nas áreas de educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação de pessoas com deficiências, educação do campo, educação escolar indígena, educação quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Lamentamos profundamente e repudiamos qualquer ameaça à materialização das políticas que se expressam no objetivo da SECADI que é o de “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos

direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais”.

Nos manifestamos radicalmente contrários à “Lei da Mordaza”, que propõe a proibição do trabalho na construção dos saberes com temáticas como sexualidade, religião e política em sala de aula, uma vez que, em MUITAS situações a omissão da escola fomentou a discriminação e o preconceito que excluiu jovens, adultos e idosos do direito à escolarização quando era crianças e adolescentes.

Da mesma forma, repudiamos o projeto de sociedade da Escola Sem Partido, por defendermos o princípio do pluralismo de ideias e da liberdade de opinião e sermos contrários ao pensamento único.

Igualmente repudiamos qualquer ameaça ao cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/2014 e ao funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE) e à realização da Conae2018. Não aceitamos que o ajuste fiscal, que atinjam, mais uma vez, aos que já são atingidos pelo sistema capitalista excludente e injusto, a saber, no âmbito da EJA, os trabalhadores que estudam.

Exigimos que o MEC se manifeste explicitando as intenções do Ministério em relação à Secadi e à condução do monitoramento e avaliação do PNE, por meio do FNE.

Por último, reafirmamos, que contrários ao fomento do ódio, nossa unidade e disposição de fazer das ruas um espaço de luta pela democracia, por meio do diálogo amoroso e comprometido, segue, conforme nos ensinou o mestre Paulo Freire.

Por termos consciência de classe, de gênero e de raça, agradecemos o convite para compor com vocês esta II Plenária Nacional de Educação e reafirmamos nossa posição Fora Temer, em Defesa da DEMOCRACIA e Nenhum Direito a Menos!

**FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO BRASIL**

**08 de Junho de 2016**